

**HABEAS CORPUS Nº 493.153 - SP (2019/0040843-8)**

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : FERNANDO RODOLFO MERCÊS MORIS - SP147338  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : FABIANO FRANCO DE CARVALHO (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de FABIANO FRANCO DE CARVALHO contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no Agravo de Execução Penal n.º 7002458-76.2018.8.26.0344.

Consta dos autos que o Juízo das Execuções Penais concedeu ao Paciente a progressão ao regime semiaberto.

Irresignado, o Ministério Público interpôs agravo de execução, ao qual o Tribunal de origem **deu provimento** para determinar o retorno do Executado ao regime fechado, em razão do não preenchimento do requisito subjetivo para a obtenção da progressão, em acórdão assim ementado (fl. 19):

*"AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL PROGRESSÃO DE REGIME Pleito ministerial de regressão de regime pela ausência do requisito subjetivo Acolhimento Necessidade de realização de exame criminológico para aferir a existência da condição subjetiva Sentenciado que não demonstrou, à saciedade, reunir mérito à benesse Recurso provido, com determinação."*

Neste *writ*, a Impetrante alega que a Lei n.º 10.792/2003 não mais exige o prévio parecer da Comissão Técnica de Classificação e a realização de exame criminológico para a instrução do pedido de progressão de regime, sendo suficiente, além do requisito temporal, a comprovação de bom comportamento carcerário emitido pelo Diretor do estabelecimento prisional (fl. 4).

Sustenta que o juízo das Execuções Criminais, que está mais próximo da situação dos reeducandos, entendeu estarem presentes todos os requisitos para a progressão de regime do Paciente, não podendo a Corte de origem impor outros para tal desiderato (fl. 6).

Afirma que o Paciente tem atestado de bom comportamento carcerário e cumpriu todas as exigências previstas no art. 112 da Lei de Execução Penal, não sendo possível negar-lhe a progressão de regime com fundamento tão somente na longa pena a cumprir e na gravidade dos delitos praticados (fl. 14).

Pondera, ainda, que a falta grave mencionada no aresto impugnado foi cometida pelo Paciente há longa data e, portanto, já se encontra purgada (fl. 14).

Defende que, presentes as condições objetivas e subjetivas, é de rigor a concessão da progressão ao regime semiaberto.

Requer, em liminar e no mérito, a concessão da ordem, a fim de que seja cassado o acórdão atacado e, por conseguinte, mantida a decisão de primeiro grau que deferiu o pedido de progressão de regime ao Paciente.

É o relatório inicial.

Decido.

A concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante, e em grau bastante satisfatório, da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora.

Todavia, não constato o *fumus boni iuris* do pedido, na medida em que o acórdão combatido não se mostra, *primo icto oculi*, desarrazoado ou, muito menos, carente de fundamentação, **mormente porque salientou que o Paciente, cumpre pena de 11 (onze) anos e 4 (quatro) meses de reclusão, pela prática de graves crime de tráfico ilícito de drogas e roubo bimajorado, com término previsto para 27/08/2023, bem como, registra oito faltas disciplinares de natureza grave em seu prontuário (fl. 21).**

Como é cediço, o benefício da progressão de regime somente será concedido ao condenado que preencher, cumulativamente, os requisitos objetivo e subjetivo, a teor do disposto no art. 112 da Lei de Execução Penal.

Consoante a jurisprudência deste Tribunal, embora a nova redação do art. 112 da Lei n.º 7.210/84 não mais exija, de plano, a realização de exame criminológico, cabe ao magistrado verificar o atendimento dos requisitos subjetivos à luz do caso concreto, podendo, por isso, determinar a realização da perícia, se entender necessário, ou mesmo negar o benefício, desde que o faça fundamentadamente, quando as

peculiaridades da causa assim o recomendarem, em observância ao princípio da individualização da pena, previsto no art. 5.º, inciso XLVI, da Constituição da República.

Assim, a espécie em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável no presente exame perfunctório e singular.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que deverão ser instruídas com a cópia da decisão que deferiu a progressão de regime, da conta de liquidação do Paciente, com esclarecimentos acerca das datas das eventuais faltas disciplinares cometidas e do estágio atual da execução da pena, bem como a respectiva senha ou chave de acesso para consulta ao andamento processual, caso a página eletrônica da Corte *a quo* requeira a sua utilização.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal para o parecer.

Publique-se. Intimem-se..

Brasília (DF), 15 de fevereiro de 2019.

Ministra LAURITA VAZ  
Relatora